

A atuação argumentativa do enunciador em dois sermões de Vieira: o contexto histórico revisto numa cosmovisão atual

The argumentative performance of the enunciator in two of Vieira's sermons: the historical context reviewed in a current cosmogony

Claudia Assad Alvares¹

Universidade de Pernambuco, Brasil

Maria Aparecida Lino Pauliukonis²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Neste artigo, considera-se a argumentação como uma atividade linguístico-discursiva realizada em determinada situação, com finalidade persuasiva do sujeito enunciador sobre o outro na interação. Objetiva-se demonstrar, pela análise qualitativa de dois sermões de Vieira — Sermões XIV e XXVII —, como se dá a mise-en-scène do enunciador perante seu público destinatário, com o fim de levá-lo à aceitação de teses apresentadas. A fundamentação teórica relaciona-se com os princípios de teorias do discurso, entre elas a Semiologia (CHARAUDEAU, 2008), que defende a relação entre forma e sentido subsequente, relacionando-os com teorias da enunciação. Serão observadas as condições situacionais à época dos Sermões, comparando-as com a noção atual de de(s)colonização dos discursos relacionados às populações afrodescendentes. Considerações históricas a respeito do contexto situacional são importantes, pois, segundo a Teoria Semiológica, há íntima relação entre o uso da língua, o contrato comunicativo, os dados situacionais e a performance argumentativa dos enunciadores no discurso.

PALAVRAS-CHAVE:

Discurso argumentativo. Contrato comunicativo. Contexto social. Ação e influência.

ABSTRACT

This article considers argumentation as a linguistic-discursive activity in a specific situation, that has the objective of getting a persuasive force upon the subject of the interaction. It intends to demonstrate, through the qualitative analysis of two Antonio Vieira's sermons — XIV and XXVII —, how is the "mise-en-scène" of the subject, with his public, in order to make them accept the thesis that are presented. The theory is related to the Semiological theory (CHARAUDEAU, 2008), which defends a relation between the forms of expression and the consequent sense of discourse, according to the theories of enunciation. The situations of the production of the texts will be analysed, comparing them to the actual idea of "de(s)coloniality" of discourse about the

Recebido em: 27-07-2022

Aceito em: 1-12-2022

¹ E-mail: claudia.alvares@upe.br | ORCID: 0000-0001-6631-4430

² E-mail: aparecidalino@gmail.com | ORCID: 0000-0001-8057-9961

afrodescendent populations. Some historical reflections about the context of the sermons are considered important, because to the Semiolinguistic theory there is a relation among language, the “contract” of communication, the situation and the performance of the subjects in discourse.

KEYWORDS:

Argumentative discours. Communicative contract. Social context. Action and influence.

1. Introdução

A proposta inicial desta pesquisa é desenvolver uma reflexão sobre a construção de identidades enunciativo-subjetivas dos sujeitos comunicantes/enunciadores e dos sujeitos interpretantes/destinatários, a partir da análise dos espaços sociais e/ou situacionais de produção e de recepção de discursos argumentativos do Padre Antônio Vieira.

Partindo-se de teorias de base enunciativa (BENVENISTE, 1958|1976), do conceito de interação e dialogismo (BAKHTIN, 1929,1992) e, em especial, de alguns conceitos comunicacionais da Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2008, 2016), privilegia-se o estudo da constituição de uma imagem (*ethos*) que o sujeito enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, realizada por meio de operações de restrições e de manobras argumentativas. A constituição dessa imagem será vista através do exame da atuação dos parceiros sociais na produção e recepção do ato comunicativo, o que se dará por meio da análise dos procedimentos linguísticos e situacionais levados a efeito pelos enunciadores discursivos.

A Teoria Semiolinguística, que fundamenta a pesquisa, define-se como uma teoria que busca primeiramente observar a situação em que se dá o ato de comunicação, os sujeitos envolvidos, suas identidades e seu “status” sociocomunicativo e a intenção de conquistar seu direito à fala e legitimar sua performance argumentativa — graças à credibilidade — diante do outro; para tanto respeitam-se as restrições impostas por um “contrato de comunicação” que regulamenta as operações estratégicas no uso da língua.

Paralelamente ao conceito de ato de comunicação e da noção de *ethos* ou construção de uma imagem discursiva, será analisada a presença de outro componente da trilogia retórica aristotélica — o *pathos*, relacionado à construção dos efeitos patêmicos, ou de emoção/persuasão, desencadeados no/pelo discurso argumentativo, sobre o qual se fará uma análise relativa ao conceito de ação e de influência.

A partir da observação de “estratégias textual-discursivas” que envolvem a emergência dos imaginários sociais da época, este artigo tem como temática principal a análise das operações linguístico-discursivas presentes em dois sermões do Padre Antônio Vieira, (XIV e XXVII), por

ocasião da inauguração da igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída pelos pretos e frequentada por eles em seus rituais de devoção.

Antes da análise, propriamente, apresenta-se uma reflexão sobre a situação histórica do período da escravidão no Brasil e o tratamento desumano dedicado aos escravos com consequências refletidas até hoje na sociedade. Ressalte-se que o ato de libertação dos escravos, pela Lei Áurea, não levou em conta a inclusão socioeconômica dos libertos e muitos deles foram deixados à própria sorte. Mais recentemente, destaca-se a formação de um movimento bem amplo, denominado de “de(s)colonização”, que prevê uma revisão histórica dos acontecimentos ligados a períodos de nossa história colonial. A ideia de de(s)colonização/de(s)colonialidade busca reexaminar inúmeras crenças e valores, fomentados historicamente com base numa visão eurocentrista, ou em ideologias que estruturaram, desde tempos coloniais, as formas políticas e culturais da sociedade brasileira.

A seguir, os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa:

2. Perspectivas teóricas

Nos últimos anos, várias investigações têm se dedicado ao processo argumentativo presente nas operações discursivas de textos com teor persuasivo. Pela teoria da argumentação vista como ação e influência (CHARAUDEAU, 2016), pode-se descrever o processo como um evento dialógico entre sujeitos sociais, dotados de identidade, e sujeitos discursivos criados no e pelo discurso, e que têm por finalidade maior conseguir a persuasão e a adesão do destinatário às teses apresentadas.

A opção deste artigo pelo objeto de estudo de textos como discurso argumentativo justifica-se por exercerem grande influência em todos os setores da sociedade, instituindo-se como paradigmas de comportamento social e por revelarem transformações socioculturais de seu tempo. A presente proposta pretende levar em consideração a complexa rede de produção de sentido, fundamentando-se na hipótese de que todo texto constitui um ato de discurso intersubjetivo, sendo possível descrever o processo de apreensão do seu significado por parte do receptor, por meio do reconhecimento e pela decodificação das operações enunciativas realizadas pelo sujeito emissor e que são responsáveis pela produção dos sentidos discursivos.

A ênfase, portanto, desta pesquisa está no exame do *modo enunciativo-argumentativo* de organização dos discursos (CHARAUDEAU, 2008) ou seja, no papel das instâncias subjetivas que

atuam em uma determinada *mise-en-scène*, que é determinada por um *contrato comunicativo*, que tem finalidade restritiva e regulatória da matéria linguística e do comportamento discursivo dos interagentes. Pretende-se também descrever o tratamento conferido à emoção no tratamento dado aos discursos, apresentando elementos linguístico-discursivos que possibilitam visualizar a gestão subjetiva do discurso pelo enunciador, caracterizado por forte teor argumentativo-patêmico presente nos textos dos sermões de Vieira.

Uma das hipóteses que fundamentam a análise da dinâmica do ato comunicativo como troca entre sujeitos sociais e discursivos é a de que não se pode construir uma teoria do discurso como jogo interacional, sem se levar em conta um espaço externo social e um espaço interno linguístico-discursivo de construção do sentido. São esses fatores que conduzem às duas dimensões — a situacional e a linguística, geradoras da significação discursiva. Tornam-se relevantes, portanto, as ações dos interagentes, sujeitos externos ou sociais (Eu comunicante e o Tu interpretante), e os sujeitos discursivos, internos à linguagem, (Eu enunciador e Tu destinatário), empenhados numa prática persuasiva, levada a efeito por meio de ação e de influência dos locutores sobre os destinatários/receptores.

Ao colocar em relevância as relações entre sujeitos sociais e sujeitos discursivos, a construção de sua identidade e função social (*ethos*), bem como a importância do *pathos* ou o reflexo da atuação sobre o destinatário, a Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2008, 2016) instaura a reconstrução *do espaço* situacional e da ação entre os interagentes como um dos elementos significativos mais importantes e até fundamentais de todo ato de linguagem que deve ser visto como intersubjetivo.

Dentro de um determinado quadro cênico, ou de um espaço estável e modelar dentro do qual cada enunciado adquire sentido, realiza-se o *contrato de comunicação*, termo que tem sua referência nos moldes jurídicos, e que é responsável pela escolha e estruturação da matéria linguística, utilizada em várias tipologias de textos subdivididos, segundo sua funcionalidade, em gêneros textuais. Estes são manifestos em quatro modos de organização da matéria linguístico-discursiva, a saber: modos enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo. Neste trabalho ganha relevância o modo argumentativo de organização do discurso, pelo teor do gênero argumentativo em análise — Sermões de Vieira.

Para completar esse quadro enunciativo, exige-se o reconhecimento e a obediência de ambos a um contexto que, em sentido amplo, inclui um saber compartilhado — um saber de conhecimento (mais afeito aos fatos), e um saber de crenças, ou um sistema comum de valores

sociais e discursivos e que podem ser de ordem linguística e situacional. Assim todo texto/discurso, por sua própria manifestação, institui uma “cena” de enunciação que serve para legitimá-lo e também fundamentá-lo. Nessa cena discursiva constroem-se imagens ideológicas ou os *ethé* das entidades subjetivas, que também devem ser consideradas como resultantes das operações realizadas pelos sujeitos com finalidades argumentativo-persuasivas.

A seguir, reflexões sobre a atividade argumentativa nos discursos sob o ponto de vista da ação e influência do enunciador sobre o destinatário.

3. Argumentação, uma atividade linguístico-discursiva e situacional

A argumentação é um setor da atividade humana que sempre exerceu fascínio, desde a retórica dos antigos gregos, que dela fizeram o próprio fundamento das relações sociais, até a época atual, em que continua a ser tema de investigação de inúmeros pesquisadores, destacando-se a obra seminal de Perelman & Tyteca (1958, 2001). Em meio à sociedade, a todo instante, somos solicitados a emitir opiniões que, por vezes, desencadeiam posicionamentos divergentes, debatidos e confrontados, o que confere dinamicidade às relações humanas e permite ver o ato de comunicação como uma “troca” de argumentos em meio a processos de ação e de influência do emissor sobre o “outro”.

A noção de argumentação, sob o ponto de vista de uma problemática de ação e influência decorre na ideia de que a força de um ato argumentativo não está em si mesmo, nem em sua pertinência lógica, mas na situação de comunicação em que se dá o ato, a qual fornece instruções de produção e interpretação do sentido aos parceiros da troca comunicativa. A validade está, portanto, no efeito semântico que é produzido em coerência com a situação, com a identidade dos interlocutores e com as circunstâncias materiais em que se dá a interação. Todos esses elementos fazem do ato argumentativo uma complexa atividade linguístico-discursivo-interacional e não um tipo de texto. Está subjacente a toda prática de linguagem, para cuja realização o enunciador lança mão por meio de variadas estratégias.

Balizado pelas teorias que compreendem o texto como discurso e como prática social, pretende-se fazer uma descrição da mecânica argumentativa, ou da atividade cognitiva, subjacente ao ato de linguagem, para mostrar como o sujeito do discurso busca convencer/persuadir o destinatário, em uma situação particular de comunicação.

No campo da argumentação, torna-se necessário distinguir o ato de convencer do ato de persuadir, uma vez que, no primeiro caso, pretende-se fazer com que o outro pense de uma

maneira diferente e, no segundo, que aceite o argumento apresentado e aja de um modo determinado. Dessa forma, enquanto o ato de convencer gerencia a informação, demonstrando e provando uma tese, com base em argumentos lógicos e “prováveis”, no ato de persuadir, objetiva-se gerenciar a emoção do outro e, assim, conseguir sua irrestrita adesão às teses apresentadas. Dessa forma, conclui-se que o ato argumentativo não pode ser julgado a não ser em função das restrições impostas pela situação comunicativa e em função da identidade social e discursiva dos interagentes, bem como do projeto de fala e influência em que o sujeito procura veicular suas estratégias de comunicação. Enfim, é preciso verificar ainda que, ao tratar da argumentação como uma ação ou prática social, deve-se determinar não somente o gênero e os modos de organização discursiva utilizados, mas as condições de produção da enunciação, em que se pode observar melhor como os jogos de manipulação e de contra-manipulação são engendrados nas trocas languageiras.

Assim, dentre as técnicas de manipulação, existem formas de dominação, uma delas é negar ao outro o direito à existência, a sua identidade obrigando-o a se guiar e se comportar da maneira ditada pelo poder dominador. Para tanto, dentre as muitas artimanhas está a anulação do saber do outro, quer do saber de conhecimento — o linguístico é um deles, por exemplo, ou do saber de crenças e valores, como a negação ou proibição de hábitos e costumes, práticas religiosas, muitas vezes com a imposição de uma fé única, ou até ausência de qualquer fé religiosa. São fatores que podem levar à perda da identidade de povos dominados e foi o que tentaram fazer com o tratamento dado aos escravos e aos índios, numa forma de aniquilá-los. Esse é um dos aspectos considerado como foco neste artigo.

No *corpus* em análise — Sermões de Vieira —, sobressaem-se o *contexto* em que foram proferidos os textos e a situação social em que os destinatários se encontravam na colônia portuguesa: eram escravizados, sem os direitos reconhecidos e levados a crer que sua situação poderia ser muito pior se continuassem como povos gentios na África. Sua vinda ao Brasil deu-lhes a oportunidade de se tornarem cristãos, cujo prêmio seria a salvação eterna e não mais seriam condenados ao fogo do Inferno, depois da morte, graças à intercessão da Virgem do Rosário.

A seguir, faz-se uma referência à situação histórica da época em que os Sermões foram escritos, com uma análise de fatos ligados à escravidão no Brasil, cujas consequências estão presentes no atual cotidiano da sociedade brasileira. Quando se analisa o quadro de injustiças sociais que ainda persiste no tratamento desigual relegado às populações pobres, sobretudo negras e mestiças deste país, sente-se a necessidade de uma revisão histórica do período da

escravatura, que contemple uma reflexão e uma nova forma de ver e pensar a realidade, em uma perspectiva diferente da lógica presente no modo de pensar tipicamente colonizador. Esse movimento, que se amplia a cada dia, recebe o nome de “de(s)colonização”, tema que será discutido aqui, em seguida ao resumo histórico do período de escravidão no Brasil.

4. A escravidão no Brasil — uma tragédia brasileira

A escravidão não é simplesmente um fato do passado. A herança escravista continua mediando nossas relações sociais quando estabelece distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial. Assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolvê-lo. Jaime Pinsky. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. (Prefácio à nova edição)

No livro “A escravidão no Brasil” (2012), Jaime Pinsky faz um retrato histórico da escravidão humana, lembrando que o fenômeno foi comum e recorrente na história, desde a antiguidade greco-latina, passando pela era medieval até a época dos descobrimentos e se prolongando nos séculos de colonização. Com documentação adequada, lembra historiadores e cronistas dos séculos XV e XVI, que relatam que a busca aleatória de escravos no norte da África e sua exposição e venda no centro de Lisboa eram cena comum.

Segundo Pinsky (2012, p. 8), numa crônica de 1444, o cronista Zurara conta que uma expedição vitoriosa trouxe cerca de 200 escravos a serem vendidos no centro de Lisboa e que a cena o emocionou: tal o quadro de estado de espírito dos cativos: cabisbaixos, se lamentando e se autoflagelando. Lembra o cronista, no entanto, que, apesar dos males físicos que sofriam e a perda da liberdade, os escravos seriam recompensados pelo “caminho da salvação espiritual” que lhes era oferecido pela conversão ao cristianismo. Esse é um dos argumentos que justificava a ideia da escravidão, que de Portugal se estendeu logo ao Brasil, pelo menos com o beneplácito da coroa e também da religião cristã.

No Sermão XIV de Nossa Senhora do Rosário, objeto de análise neste artigo, Padre Vieira, ao pregar aos negros, na Bahia, utiliza-se desse argumento — a salvação da alma advém da conversão à religião cristã — para justificar a vinda dos negros, que deixaram de ser gentios e se tornaram cristãos —, como se pode ver no excerto seguinte: “*deveis dar infinitas graças a Deus (...) por vos ter trazido a esta (terra), onde instruídos pela Fé, viveis como cristãos e vos salveis*”.

Antes da chegada dos negros ao Brasil, quase um século depois de sua “descoberta”, a história registra a utilização do índio — chamado o negro da terra — como escravo; em troca de quinquilharias, o índio era utilizado no transporte e embarque de madeira, de animais e produtos

alimentícios da região. No entanto, o ritmo de trabalho indígena, sua recusa e o desinteresse em servir ao branco, a resistência e a fuga à escravidão, aliado ao apoio dos jesuítas, tudo contribuiu para que se pensasse em buscar os negros na África, o que era facilitado pelo tráfico negreiro que tornava comum e rentável o transporte pelos mercadores de escravos.

O apoio da Coroa, com o aval da Igreja, aliado ao interesse de comerciantes e fazendeiros, que necessitavam de mão de obra, e de traficantes e investidores em caravelas, com objetivo de obter lucro certo graças ao destino da carga humana, todos esses fatos convergiam para a prática usual do tráfico negreiro que trouxe milhões de escravos ao Novo Mundo e rendeu muitos dividendos a todos envolvidos.

Os negros não vieram ao Brasil, foram trazidos contra a vontade, capturados, como espólio de guerras e vendidos a traficantes que os levavam a um país estranho; aliados de seus costumes e de sua religião, muitas vezes eram separados, ou nivelados pelos captores para perderem sua identidade, sua origem ou sua língua. Obrigados a trabalhar em lavouras de cana, mais tarde nas minas de ouro e depois nas plantações de café, ou nas cidades, eram submetidos a castigos e corretivos com maus-tratos, como fartamente se pode ver em documentos históricos, que retratam também as constantes fugas e a ação dos capitães do mato, que viviam à procura de recompensas por negros fugidos.

A existência de rebeliões era uma realidade e a formação de quilombos, como o de Palmares, são uma prova de que nem sempre os negros se sujeitavam sem reação. Outra fonte importante de registro da era colonial são os escritos de cronistas, como Rugendas e os quadros de pintores como Debret, por exemplo, que fartamente ilustram a vida cotidiana da sociedade colonial e que servem de registro histórico desse período da história do Brasil.

Grande foi a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira, não só em toda a engrenagem do trabalho nas fazendas e nas cidades — desde o plantio, a manufatura e exportação dos produtos — até a construção de prédios, a exploração de ouro e outros minérios, como também importante foi sua influência na formação de nossa cultura, com incursões na língua, no vocabulário, na culinária e também nos costumes e nas crenças religiosas. Enfim, há uma amálgama de culturas tanto indígena como africana que persiste hoje numa sociedade bastante miscigenada como a brasileira, onde a população afrodescendente é maioria.

Ao citar ainda fatos antes da abolição, Pinsky lembra que, no século XIX, as ideias de liberdade se amplificavam em toda a Europa, mas o tráfico de escravos só foi extinto oficialmente no Brasil, a partir de 1831, enquanto a atividade ilegal de contrabandistas continuou até a

libertação dos escravos pela Lei Áurea em 1888.

A persistência da escravidão relacionava-se à ampliação da cultura do café, da cana e do cacau, que necessitavam ainda de mão de obra escrava facilitada e fornecida pela ação de contrabandistas. Somente no século XIX mais de 750 mil escravos foram trazidos ilegalmente, embora os numerosos abolicionistas e simpatizantes da causa lutassem pela extinção da escravatura, conforme os vários registros históricos. Mesmo após a libertação, os negros enfrentaram problemas sociais e econômicos, cujas consequências se refletem até hoje, na divisão da sociedade em pobres e ricos.

Considerada um dos capítulos mais sombrios de nossa história, a escravidão de índios e negros é uma mancha que ainda deixa vestígios horríveis até hoje, se se pensar nas guerras e na expulsão do índio para o interior do país e na tragédia que foi a vinda de escravos da África — não podemos esquecer o transporte dos escravos, em navios negreiros cuja travessia levava mais de 30 dias, quando senão meses, por causa das calmarias. O Poema *O navio negreiro* de Castro Alves é um libelo contra o transporte e o comércio de escravos; a falta de higiene — o odor dos navios antecipava sua chegada; as condições de acomodação em porões infectos — muitos morriam na travessia e calcula-se uma perda de 40 por cento da carga humana — e imaginar que vinham acorrentados e aqui eram marcados a ferro (no ombro, coxa ou peito), antes de serem vendidos e levados às fazendas longínquas, separados de suas famílias, para evitar a formação de grupos, etc., tudo conflui para a conclusão da grande dívida que a sociedade brasileira da época tem para com os escravos... Os números não deixam dúvidas: dos mais de oito milhões de escravos trazidos da África, pouco mais de dois milhões conseguiram sobreviver, por mais tempo, constituindo hoje parte da população bastante miscigenada como é a brasileira e que ainda recusa a ver a realidade do racismo, talvez reconfortada pela criação do mito da democracia racial.

Mais recentemente, é relevante dizer que se constrói paulatinamente uma revisão histórica do problema relacionado à convivência de diferentes etnias no Brasil e uma nova concepção sobre raças, gênero e divisão de classes vem surgindo graças aos movimentos sociais, capitaneados pela participação mais ativa de negros, mestiços e de minorias, como a dos povos indígenas e de outros setores da sociedade que reivindicam ser ouvidos, entre eles, os movimentos ligados à reivindicação de igualdade de direitos, como o movimento LGBTQIAP+, por exemplo.

Esses movimentos, que têm muitas ramificações, abrangem um conjunto mais amplo de reinterpretação de conceitos diversificados sobre a época da colonização, que se denomina

“processo de decolonização/descolonização” de ideias, de que trataremos, a seguir.

5. O conceito de de(s)colonização de ideias

“Sem negros não pode haver ouro, açúcar nem tabaco” (André de Mello Castro, Conde de Galveias, vice-rei do Brasil, 1739) — (apud GOMES, 2021)

O termo engloba um amplo leque que transcende os padrões coloniais, já tácitos na sociedade e propõe um “desfazer colonial”, por meio de um debate a partir de uma revisão histórica da cultura, das criações e das práticas sociais, no sentido de se posicionar de forma diversa, contrária aos sistemas velados de dominação, vivos e arraigados até hoje nos grupos sociais.

Busca-se, assim, uma reconstrução do ser, do poder e do saber, tomando-se consciência de que as relações de dominação não desapareceram — não existe a possibilidade de se ter uma sociedade ideal, sem luta pelos direitos — mas que é possível tornar viáveis outras maneiras de pensar, propor uma nova cosmovisão em diálogo com a lógica eurocêntrica dominante em várias culturas. Enfim é uma outra forma de ver, uma fonte de novas perspectivas de se pensar a realidade e propor soluções para o impasse em que se encontra a sociedade tão desigual.

Esse processo de de(s)colonização se estende a todos os setores da sociedade e um dos meios de torná-lo realidade é a opção pela interculturalidade, que permite o reconhecimento da legitimidade e inter-relação entre as culturas, ou tudo que prima pelo tratamento mais igualitário dos diferentes setores da sociedade com o devido respeito às manifestações culturais.

Essa nova cosmovisão questiona a hegemonia do “poder” dado ao colonizador, que foi predominante durante séculos, e representa a tentativa da criação de um novo espaço epistemológico que se pode chamar de “interculturalidade crítica”, segundo o que propõe Walsch (2017, p. 9), quando diz que é preciso: “superar a escravidão das mentes e transformar desafiando estruturas sociais e políticas de colonialidade”.

Mas, ainda segundo a autora, não basta uma insurgência denunciativa, mas também que seja propositiva para que seja possível criar novas condições político-culturais de um novo modo de pensamento. Falando em relação às práticas pedagógicas, ela relembra que a sociedade ainda está em fase de construção dessas práticas nos meios educacionais. Alguns teóricos, como Paulo Freire (2013), também já defendiam a consciência do oprimido e a necessidade de humanização das pessoas que se encontram em posição subalterna, dando-lhes oportunidades; sabe-se, porém, que ainda resta muito a fazer no Brasil e na América, a respeito do problema das desigualdades

sociais.

Com relação ao tema em debate aqui neste artigo — *a escravidão e seus reflexos negativos até os dias de hoje* —, podem ser citadas algumas iniciativas de mudanças fundamentais dos últimos anos: a Constituição de 1988 coloca em seus primeiros artigos, a igualdade de direitos e estipula penalidade por trabalho escravo, ou em qualquer situação de degradação e perda dos direitos fundamentais da pessoa; além disso enfatiza a necessidade de se considerar relevante a pluralidade étnica de nossa população e a redefinição do papel dos africanos e indígenas na formação de nossa sociedade; propõe uma revisão no ensino de História da África e da contribuição de várias outras etnias, como o papel de imigrantes vindos de várias partes do mundo. Lembrar também que os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997) enumeram a temática da diversidade cultural do Brasil, destacando-se a importância da disciplina “História e cultura afro-brasileira”. Essa disciplina tem como foco a importância da cultura negra, sua influência na sociedade brasileira e suas contribuições nas áreas sociais, econômicas e políticas.

Todas essas medidas têm por fim promover uma revisão do passado e uma tentativa de reparação das injustiças cometidas pela sociedade da época, presa a uma forma de pensar que ainda é persistente mas, se reavaliada, poderia reverter o tratamento injusto dado aos afrodescendentes e a outros miscigenados pobres.

Sabe-se que preconceitos são difíceis de serem retirados do pensamento e das práticas sociais. Afinal, segundo cognitivistas, o cérebro se acostuma com o padrão de cognição mais generalizante e se acomoda a uma posição mais cômoda de raciocínio, presa a estereótipos, como, no caso em questão, o de achar que o padrão branco de identidade é hegemônico e superior ao de outras etnias e o de que persiste um desejo de embranquecimento da população e abandono de identidades, hábitos e padrões, em nome de um referente imaginário criado e difundido de forma geral.

No Brasil, e em grande parte das Américas, existe um racismo estrutural velado ou camuflado pelo mito da democracia racial; a seu lado, há também um outro “racismo” epistêmico que considera legítimo e superior tudo o que foi produzido pelo ocidente, sobretudo pela Europa ocidental — o preconceito existe bastante arraigado também em relação às culturas orientais. Enfim, muitas discussões poderiam ser feitas a respeito do tema da necessária inclusão social de nossa população mestiça, quer descendente de negros, de indígenas e de certos imigrantes; há também um preconceito bastante arraigado em relação aos pobres e desvalidos em geral, que engrossam a margem de população desamparada socialmente, sofrem preconceitos e não têm

acesso a todos os direitos garantidos pela Constituição.

O reconhecimento atual da necessidade de cotas escolares para o ingresso e manutenção de alunos em escolas, a necessidade de oferecimento de educação de qualidade a todos, o direito à assistência na área da saúde, o tratamento igualitário entre as pessoas de qualquer origem ou sexo e a oferta de emprego e salário dignos constituem temas em debate, em vários veículos, o que se pode considerar um avanço social quando se percebe que a sociedade olha para esses assuntos de forma mais atenta e abrangente. Há uma luta pelo reconhecimento de todos como cidadãos com seus direitos reconhecidos e que devem ser levados em conta pelos governantes. Constitui esse talvez o maior desafio de nossa sociedade contemporânea.

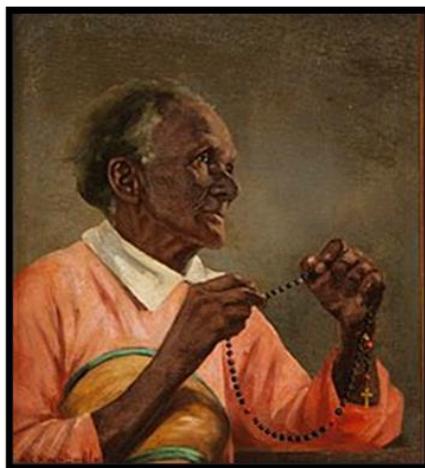
Em relação à educação, a Escola tem fundamental importância nesse contexto, pois é consenso que o estudo interpretativo e racional do passado e com base em fatos comprovados pode explicar muitos acontecimentos, determinar as causas e suas consequências no presente, contribuindo, desse modo, para a formação de alunos que sejam cidadãos críticos conscientes de seus deveres e defensores de seus direitos.

A seguir, será apresentado o processo argumentativo de persuasão, tanto pela força dos argumentos lógicos como por outros meios patêmicos, presentes nos dois Sermões, XIV e XXVII, de Antônio Vieira. A análise tem como base a observação dos principais argumentos utilizados pelo enunciador com a finalidade de influenciar os ouvintes/leitores de seus sermões.

6. Análise de dois sermões de Vieira

O Sermão XIV do Rosário

Negra Rezando com Terço: pintura de Adrien Henri Vital van Emelen



Mas se entre todo esse ruído, as vozes que se ouvirem forem as do Rosário, orando e meditando os mistérios dolorosos, todo esse inferno se converterá em Paraíso; o ruído em harmonia celestial; e os homens, *posto que pretos*, em Anjos.³

O Sermão XIV do Rosário foi pregado na Bahia, por Padre Antônio Vieira, em 1633, aos pretos de um engenho de açúcar. Nele, Vieira, que ainda não se tornara sacerdote, mostra aos negros escravos as delícias da vida “post mortem” no céu ao lado de Cristo para os eleitos do Pai.

Trata-se aqui de uma bem elaborada peça argumentativa destinada a persuadir os negros a obedecer aos seus senhores, visto que, na qualidade de filhos de Maria, mãe de Jesus, e, portanto, irmãos de Cristo, deveriam conformar-se à sua sorte, assim como, Cristo Jesus, em cumprimento aos desígnios do Pai, como rezavam as Sagradas Escrituras, conformou-se à sua.

Segundo o padre, o nascimento do Cristo multiplicou-se por três (dimensões): a do próprio Cristo; a de São João e a dos pretos convertidos. Esse terceiro nascimento interessa-nos mais de perto:

14. O terceiro nascimento de que também se verificam as mesmas palavras, é o dos Pretos, devotos da mesma Senhora, os quais também são seus filhos, e também nascidos entre as dores da Cruz.⁴

Há que se considerar que Maria deu à luz somente um filho; e os pretos nascidos de Maria não eram todos os originários da Etiópia/África, mas tão somente os devotos, os batizados, visto que os demais eram *gentios*; como o batismo é um sacramento concedido *após* o nascimento, somente após o batismo eles se tornaram devotos, e, portanto, filhos de Maria, porque redimidos por Cristo, pelas “dores da cruz”.

Os escravos, mesmo antes sendo gentios, pela Fé e pelo batismo, incorporaram-se aos membros de Cristo e Maria tornou-se também, por inclusão, Mãe de todos os membros, como se pode observar nas palavras do Sermão:

Assim como o corpo tem muitos membros, e sendo os membros muitos, o corpo é um só; assim (diz S. Paulo) sendo Cristo um, e os Cristãos muitos, de Cristo e dos Cristãos se compõe um só corpo: porque todos os Cristãos, por virtude da Fé e do Batismo, são membros de Cristo. (...) E como todos os Cristãos, posto que fossem gentios, e sejam escravos, pela Fé e Batismo estão incorporados em Cristo, e são membros de Cristo; por isso a Virgem Maria, Mãe de Cristo, é também Mãe sua; porque não seria Mãe de todo Cristo se não fosse Mãe de todos seus membros.⁵

A condição para ser um dos membros do Cristo e, portanto, filho de Maria é *professar a Fé*

³ Disponível em: <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2016/01/sobre-condicao-do-negro-escravizado-no.html>. Acesso em: mar. 2021. (Grifos nossos.)

⁴ Veja-se a nota 3.

⁵ Veja-se a nota 3.

católica e ser batizado. Vieira quis dizer que os negros — antes de sua captura — posto que fossem gentios, poderiam ser incorporados a Cristo e conseguir a salvação.

Observa-se aqui o raciocínio silogístico de Vieira, afinal *todo aquele que professasse a fé católica e fosse batizado seria um membro de Cristo e, portanto, filho de Maria*. Ocorre que um tal raciocínio ‘dividiria’ o universo em dois: os filhos de Maria e os não filhos de Maria, que seriam, no caso, os gentios, não filhos de Deus. Aos filhos de Maria, a Salvação; mas a Salvação — depois da morte — que tampouco os alforriava daquela vida de misérias.

Depreende-se ainda do discurso do padre que, assim como Cristo, que nascera duas vezes, a segunda no Calvário⁶, os pretos também nasceram duas vezes, a segunda no calvário — o que confirma o sacrifício de Cristo estendido apenas aos pretos que foram batizados.

Para Vieira, portanto, os escravos deveriam dar graças, por terem sido tirados de suas terras e trazidos a esse novo mundo, e convertidos à nova fé:

O novo nascimento dos mesmos Pretos, como filhos da Mãe de Deus, lhes mostra a obrigação que têm de servir, venerar e invocar a mesma Senhora com o seu Rosário. (...) 21. Começando, pois, pelas obrigações que nascem do vosso novo e tão alto nascimento, a primeira e maior de todas é que deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazidos a esta, onde instruídos na Fé, vivais como Cristãos, e vos salveis.⁷

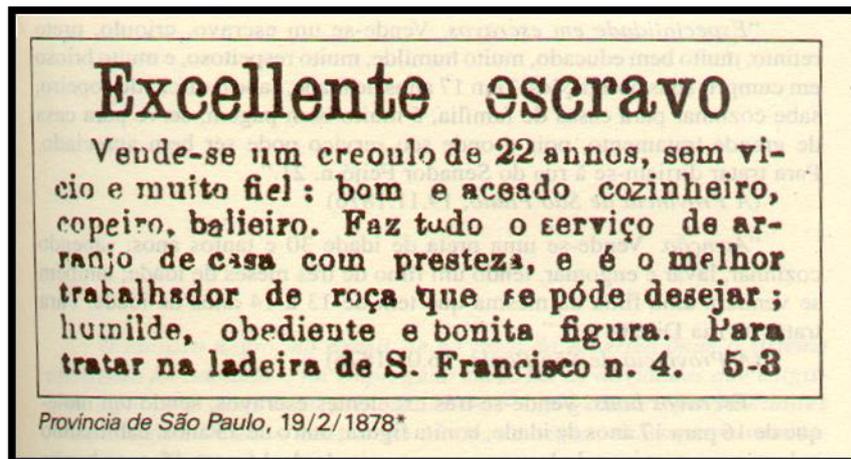
A julgar por essas palavras, os negros deveriam “servir, venerar, invocar Nossa Senhora” pelo novo nascimento, e serem gratos por poderem viver como “cristãos” e gozarem da “salvação”.

Na verdade, a salvação oferecida aos negros poderia, em outra interpretação, ser entendida como uma situação de inferno dos negros. É verdade, também que não fora Nossa Senhora que “tirara os negros de suas terras”, foram os homens, que determinaram que a cor da pele reservaria a cada ser humano seu lugar social. E que lugar seria esse? O anúncio a seguir (1996, p. 24) nos fornece a resposta:

⁶ 5. (...) A segunda, que assim como ele desceu do Céu, fazendo-se Filho da Virgem Maria: Filius hominis, qui est in Caelo, assim nós também ficamos sendo filhos da mesma Virgem, porque somos membros verdadeiros do verdadeiro Filho que dela nasceu; e finalmente, porque este segundo e novo nascimento não foi o de Belém, senão o de Jerusalém; nem o do Presépio, senão o do Calvário, por isso conclui o Senhor, que para este segundo nascimento se conseguir, era necessário que ele morresse na Cruz: Oportet exaltari Filium hominis. (Veja-se a nota 3.)

⁷ Veja-se a nota 3.

Figura 1: Anúncio de venda de escravo



Fonte: (PINSKY, 2012)

Os negros escravos eram propriedade dos senhores. Não vieram espontaneamente de seu país nem deixaram suas famílias por vontade própria. Ao contrário, foram sujeitados à força e levados para um destino incerto para trabalhar entre maus-tratos e escassez de alimentos. Suas mulheres eram desonradas pelos senhores e suas crianças, vendidas e separadas de suas mães, conforme fontes históricas ratificam (PINSKY, 2012).

Que “salvação” era essa a que Vieira se referia? Segundo seu raciocínio, que era também corrente na época, o “inferno”, local onde “arderiam por toda a eternidade” — estava destinado aos gentios, e que somente aos filhos do batismo seria dada a oportunidade da “salvação”, como o excerto seguinte não deixa dúvidas:

23. Oh! se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus, e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre! Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da Fé, nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como já credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade. E que perecendo todos eles, e sendo sepultados no inferno como Coré, vós, que sois seus filhos, vos salveis, e vades ao Céu? (...) ⁸

Ao se olhar a epígrafe citada, constata-se que os negros poderão se tornarão “anjos”, por suportarem valentemente o seu calvário — o Autor reconhece a excepcionalidade de seu raciocínio, pelo emprego de uma concessiva: **posto que** pretos! Sub-repticiamente, Vieira, ao encaixar um raciocínio concessivo em sua argumentação, nos revela a concepção de inferioridade dos negros, o que viria a se somar ao imaginário social, recrudescendo-se o preconceito que

⁸ Veja-se a nota 3.

grassa até hoje, em pleno século XXI, o da inferioridade da etnia afrodescendente.

Cabe ressaltar a crença e o acordo tácito existentes entre os membros daquela sociedade escravocrata que não questionava a ignomínia que era a servidão humana. O escravo era nada menos que o motor, a força motriz da sociedade da época e a escravidão era tão certa e *natural* como a existência do sol e da chuva.

Esse acordo era fundado em um *contrato* comunicativo entre Vieira, a sociedade da época e os negros escravos. Vieira, dotado de envergadura moral, com seu argumento de autoridade, empoderado pela força da Igreja e amparado nos exemplos citados — o sacrifício de Cristo no Calvário e a proteção da Virgem — possuía *legitimidade* para pregar aos negros e sua *credibilidade* vinha também de seu “status” de exímio pregador. Por sua vez, o auditório destinatário deveria se conformar àquele discurso, já que não lhes eram dadas alternativas, a não ser conformar-se à situação, em troca de um prêmio maior, a salvação eterna.

O sermão exorta os negros à paciência e ao conformismo à situação e, por sua vez, colocasse a serviço dos poderosos, dos proprietários dos enormes engenhos existentes, necessitados de mão de obra. Assim, as palavras do padre fazem parecer mais leve o jugo nefando a que eram submetidos, como se o trabalho forçado fosse um pagamento efetuado em suaves prestações, por um lugar ao lado de Cristo em um céu de milagres e delícias, depois da morte.

A força argumentativa de Vieira era eficiente, dadas as condições do imaginário social da época — e sua voz, eficaz, dado que argumentava com a força da Bíblia na mão. E que maior poder do que alegar a existência de direitos de hereditariedade? Filhos da Virgem e irmãos de Cristo, os negros herdaram o Seu Calvário; deveriam, portanto, “imitar” o Seu comportamento; e, com paciência, teriam o merecimento do “martírio”:

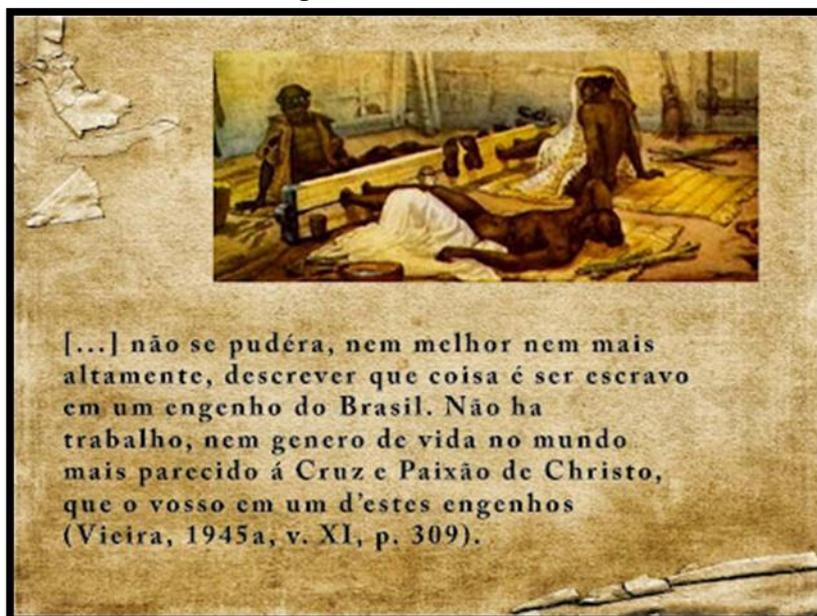
(...) Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. (...) Estes foram os seus, e estes devem ser os vossos, e não só por devoção ou eleição, nem só por condição e semelhança da vossa Cruz, mas por direito hereditário desde o primeiro Etíope, ou preto que conheceu a Cristo, e se batizou. (...) ⁹

⁹ Veja-se a nota 3.

Segundo a tradição cristã, Cristo entrou para a História como mártir. Foi glorificado e adorado. No imaginário social cristão, ele é o Filho de Deus e da Virgem. A Ele recorremos nas horas de amargura. É em sua Augusta Figura que aliviamos as dores da existência. Tudo isso se deve à Sua reconhecida Superioridade sobre nós, simples mortais. Ele deu Sua vida por nós, para nos salvar do pecado original.

Da mesma forma, segundo as palavras de Vieira, os negros também deram sua vida por nós com o suor do seu trabalho e o sangue que vertia de suas feridas abertas pela chibata — e por isso seu trabalho tornou-se “*mais parecido à Cruz e à paixão de Cristo*”, como atestam suas próprias palavras no Sermão XXVII:

Figura 2: Sermão XXVII



Fonte: Barcaparaavalon¹⁰

¹⁰ Disponível em: <http://barcaparaavalon.blogspot.com/2013/10/a-pedagogia-da-escravidao-nos-sermoes.html>. Acesso em: abr. 2022.

Embora reconhecidos por Vieira como filhos do mesmo Pai e da mesma Virgem, os negros não entraram para a História como nossos irmãos iguais, mas como inferiores àqueles de pele branca. Hoje, a marca de ferro em brasa é substituída pelo estigma do preconceito racial que ainda persiste. Jesus, afinal, não nos livrou de cometer pecados e a sociedade continua racista e preconceituosa. E Vieira não salvou os negros com sua verve; ele apenas ajudou a perpetuar o mesmo estado de coisas que já existia antes dele e que continuou durante e após a vigência de seu sermão.

O Sermão XXVII do Rosário

O Sermão XXVII do Rosário também foi pregado em 1633 a uma irmandade de pretos devotos de Nossa Senhora do Rosário¹¹. Nele, Padre Antônio Vieira, portando-se como ‘ardoroso defensor dos negros’ resgata, em prodigiosa descrição, as sevícias a que estes eram submetidos:

Oh trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias, e os riscos são das próprias! (...) Os senhores poucos, e os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banqueteados, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para o açoite, como estátuas da soberba e da tirania, os escravos prostrados com as mãos atadas atrás como imagens vilíssimas da servidão, e espetáculos da extrema miséria.¹²

Depois desta comovente exposição da degradada situação em que se encontravam os escravos — tidos como “mercadorias” — e, aparentemente estar condenando a escravidão, Vieira, mais à frente, atribui todo o sofrimento e a ingrata sorte dos cativos à “estrela” e à “sina” cruel. O padre reconhece, contudo, que todos somos “iguais”, não obstante seja necessário dar graças à fé dada pelo Pai, a fim de que se possa reconhecer Sua “justiça e providência” até mesmo naquela torpeza em que viviam os escravos:

Oh Deus! Quantas graças devemos à fé, que nos destes, porque ela só nos cativa o entendimento, para que à vista destas desigualdades, reconheçamos, contudo, Vossa justiça e providência. Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo? Estes corpos não nascem e morrem, como os nossos? Não respiram com o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquece o mesmo Sol? Que estrela é logo aquela que os domina, tão triste, tão

¹¹ Disponível em: <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2012/11/sermao-xxvii-da-serie-maria-rosa.html>. Acesso em: mar. 2021.

¹² Veja-se a nota 11.

inimiga, tão cruel?¹³

Crença generalizada de que o sacrifício purifica a alma, era preciso fustigar o corpo para libertar a alma. Segundo Vieira, havia dois cativeiros bem definidos: o do corpo e o da alma. O primeiro era material, temporal, visível, ao passo que o segundo, maior, imaterial, era invisível assim como seu senhor: o demônio. Mas a Virgem Santíssima os livraria do maior cativeiro, o da alma, assim prometia padre Antônio Vieira, como se pode ver, a seguir:

Mas neste mesmo estado da primeira transmigração, que é a do cativeiro temporal, vos estão Deus, e sua Santíssima Mãe, dispondo e preparando para a segunda transmigração, que é a da liberdade eterna. Isto é o que vos hei de pregar hoje para vossa consolação. E reduzido a poucas palavras, será este o meu assunto: que a vossa irmandade da Senhora do Rosário vos promete a todos uma carta de alforria: com que não só gozeis a liberdade eterna na segunda transmigração da outra vida; mas também vos livreis nesta do maior cativeiro da primeira.¹⁴

O cativeiro maior não pode ser o do corpo porque este é perecível e, é fato, tem o poder de findar aquele. Já o outro, o segundo, é eterno e não tem dono. O padre teoriza que os senhores de engenho não são integralmente proprietários dos escravos porque estes contêm duas metades cada um: a do corpo e a da alma; os senhores são donos apenas do corpo, não da alma. Ora se os senhores são donos tão somente do corpo, poder-se-ia pressupor que a “outra metade” estaria livre, mas não, pois a alma estaria sim escravizada, a um senhor invisível: o demônio — e somente Maria teria o poder de alforriá-la ainda na vida presente, mas para que pudessem gozar a liberdade na segunda “transmigração”.

Nesse ponto, Vieira parece ter se esquecido de que a fé e o batismo tornavam os negros ‘membros de Cristo’ e, conseqüentemente, ‘filhos de Maria’. Parecia que, mesmo ‘filhos de Maria’, os negros já não eram sequer donos de suas almas, uma vez que elas estariam escravizadas ao demônio.

É de se notar que Vieira, em nenhum momento, testemunhava estarem os negros devedores do demônio, mas é lógico pressupor que assim o era, senão por que Maria alforriaria suas almas?

A certa altura do sermão, Vieira resgata e sintetiza sua argumentação por meio da comparação entre os dois cativeiros, o do corpo e o da alma:

15. Temos visto, que assim como o homem se compõe de duas partes, ou de duas

¹³ Veja-se a nota 11.

¹⁴ Veja-se a nota 11.

metades, que são corpo e alma, assim o cativo se divide em dois cativos: um, cativo do corpo, em que os corpos involuntariamente são cativos e escravos dos homens; outro, cativo da alma, em que as almas por própria vontade se vendem, e se fazem cativas e escravas do demônio.¹⁵

Cabe ressaltar que o cativo do corpo é involuntário para aquele que é escravizado, não para o que o escraviza; para este, a captura, o traslado, a compra e a venda são ações voluntárias; da mesma forma, é possível pressupor, a partir da argumentação de Vieira, que os que comerciam com a vida de outros homens por sua cor escolheram vender a própria alma ao demônio, já que a cobiça falou mais alto.

Mas como justificar que a Virgem Santíssima vá alforriar as almas dos negros escravos? Escolheram eles vender também sua alma ao demônio? Em troca de que se eram deserdados até mesmo de sua condição de seres humanos e destituídos de vontade própria? Na verdade, as palavras do padre encobrem, por alegada “consolação” aos negros, o desejo de *conformação* da parte destes:

(...) Por isso foi necessário que o Filho de Deus se fizesse homem, e morresse em uma cruz, para que com o preço infinito de seu sangue pudesse resgatar e resgatasse as almas do cativo do demônio e do pecado. E deste cativo tão dificultoso, e tão temeroso e tão imenso, é, que eu vos prometo a carta de alforria pela devoção do Rosário da Mãe do mesmo Deus.¹⁶

Não é difícil perceber que a “alforria” virá pela *Fé* e pelo *Batismo*. Ao se tornarem cristãos, os negros se tornam filhos *legítimos* de Maria; com isso, deixam de ser filhos *do pecado*. Um tal raciocínio deflagra o esquema argumentativo circular de Vieira (ASSAD, 2008):

Figura 3: o esquema circular de Vieira



Fonte: (ASSAD, 2008)

¹⁵ Veja-se a nota 11.

¹⁶ Veja-se a nota 11.

Há que se considerar que um círculo não tem começo, meio ou fim; vamos deliberar o pecado como ponto de partida: os filhos do pecado deixam de sê-lo ao aderir à fé cristã pelo batismo; no ato deste sacramento alforria-se a alma. Cabe salientar que qualquer ponto de partida que se eleja resultará na mesma argumentação, pois alforria, pecado e batismo estão presentes no esquema de Vieira. É desse modo que os deserdados filhos de Maria são persuadidos à conformação assim como Cristo também se conformou com a sua própria sorte.

Segundo o padre:

Assim que poderosa era a Mãe do Redentor para vos livrar também deste segundo e menor cativo. Mas é particular providência de Deus, e sua, que vivais de presente escravos e cativos, para que por meio do mesmo cativo temporal, consigais muito facilmente a liberdade eterna.¹⁷

Esse trecho do discurso de Vieira nos revela que, afinal, a fé e o batismo não bastavam para libertar os escravos do ‘menor cativo’, que é o do corpo. Ou seja, o cativo corporal se *faz necessário* para que a ‘liberdade eterna’ seja mais rapidamente obtida. Dito desse modo, parecia que o cativo, isto é, a escravidão era uma “bênção”, já que tinha o condão de encurtar o caminho para a ‘eternidade’.

Incansável em sua argumentação, padre Antônio Vieira usa da comparação para tornar os escravos “dignos de atenção dos apóstolos, Pedro e Paulo, como se falassem a imperadores de Roma ou a sábios da Grécia”, da mesma forma, dando-lhes conselhos de como se comportarem em obediência aos senhores, servindo-os como se serve a Deus:

Sobre esta matéria só vos hei de alegar com os dois príncipes dos Apóstolos, S. Pedro e S. Paulo, os quais a trataram muito de propósito em vários lugares, falando com os escravos tão seriamente, como se falaram com imperadores de Roma, e tão alta e profundamente, como se falaram com os sábios da Grécia.¹⁸

Mais à frente, Vieira arremata com o uso do argumento de autoridade:

(...) Fala pois o Apóstolo S. Paulo com os escravos, e diz assim em dois lugares: (...) “Escravos”, diz S. Paulo, “obedecei em tudo a vossos senhores, não os servindo somente aos olhos, e quando eles vos veem, como quem serve a homens, mas muito de coração; e quando não sois vistos, como quem serve a Deus. Tudo o que fizerdes, não seja por força, senão por vontade: advertindo outra vez, que servis a Deus, o qual vos há de pagar o vosso trabalho, fazendo-vos seus herdeiros. Enfim, servi a

¹⁷ Veja-se a nota 11.

¹⁸ Veja-se a nota 11.

Cristo: (...)”.¹⁹

Note-se que o padre exorta os escravos ao conformismo, afinal o ‘prêmio’ virá: eles serão ‘herdeiros’ do Cristo. Servir ao senhor ‘de coração’ é ‘servir a Deus’; comparar o serviço de servir ao senhor de engenho ao serviço de servir a Deus, chega a ser um requinte de perversidade na argumentação do padre.

Na sequência, Antônio Vieira argumenta que os escravos são “vocacionados” (!?) para servir — e mais: que, na verdade, sendo pacientes, mesmo em face dos mais rudes padecimentos, eles não estão servindo aos senhores, mas a Deus! E que maior glória do que a de ser escolhido para servir a Deus e ‘imitar’ o Cristo, que sofreu calado toda sorte de ignomínias! De acordo com essa manobra argumentativa, os escravos eram, pois, *privilegiados*, pois herdeiros diretos do Pai e Seus fiéis servidores. Não eram mais órfãos afinal.

Na eternidade, os papéis inverter-se-iam: os escravos seriam servidos, não por seus senhores, haja vista que muitos não iriam para o céu, mas pelo próprio Deus em pessoa!²⁰ Nesse ponto, podemos observar que o padre Antônio Vieira se excede no talento argumentativo de que era fartamente dotado. Não devemos nos esquecer, no entanto, de que os maiores beneficiados com seu discurso eram os proprietários de escravos. Conclusão: servir aos senhores de boa vontade era *condição* para a dupla liberdade: a da alma, que ia ver-se livre da tutela do demônio, e a do corpo, premiada com a liberdade eterna. Aqui, a fé e o batismo jaziam esquecidos, pois não eram mais suficientes para libertar os escravos do demônio: a servidão voluntária era a senha.

Ao finalizar, Vieira deixa-nos entrever que afinal considerava justa a escravidão:

Vi, diz Deus, a aflição do meu povo, e ouvi os seus clamores pela dureza das opressões com que os carregam, e rigores com que os castigam, os que presidem às obras em que trabalham. Notai duas coisas: a primeira, que se não queixa Deus de Faraó, senão dos seus feitores: (...): porque os feitores muitas vezes são os que mais cruelmente oprimem os escravos. A segunda, que não dá por motivo da sua justiça o cativo, senão as opressões e rigores com que sobre cativos os afligiam: (...).²¹

Ou seja, o cativo é justo; injustas são as ‘opressões e rigores’ com que os cativos eram

¹⁹ Veja-se a nota 11.

²⁰ Não vos diz Deus, que quando servis a vossos senhores, não sirvais como quem serve a homens, senão como quem serve a Deus: Sicut Domino, et non hominibus? Pois esta grande mudança de fortuna, que digo, não há de ser entre vós, e eles, senão entre vós e Deus. Os que vos hão de servir no Céu, não hão de ser vossos senhores: que muitos pode ser que não vão lá; mas quem vos há de servir no Céu, é o mesmo Deus em pessoa. Deus é o que vos há de servir no Céu, porque vós o serviste na terra.

²¹ Veja-se a nota 11.

(mal)tratados; da mesma forma, o Faraó não é motivo de queixas, seus feitores sim, pois são estes que impõem duros castigos aos escravos. Ocorre que os feitores estão a serviço do Faraó, e este, mais que todos, era o responsável por tantas barbaridades perpetradas contra os cativos, auditório passivo da pregação de Vieira.

A superioridade hierárquica do padre era evidente não só por sua condição de religioso como também por sua cor/identidade, posição social e gênero textual escolhido, visto que, por definição, um sermão é um texto argumentativo-persuasivo de um enunciador para muitos destinatários e que pode ser representado no esquema a seguir:



Em um tal esquema, não havia trocas languageiras; tratava-se, ao contrário, de uma via de mão única de um falante para muitos ouvintes, pois não é dada a palavra ao público destinatário do sermão, apenas o pregador a detém.

Segundo Citelli (1986, p. 32):

O discurso persuasivo dota-se de signos marcados pela superposição. São signos que, colocados como expressões de “uma verdade”, querem fazer-se passar por sinônimos de “toda a verdade”. Nessa medida, não é difícil depreender que o discurso persuasivo se dota de recursos retóricos objetivando o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos. Isso nos leva a deduzir que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional. (...) Daí que os signos enunciados por nós revelam as marcas das instituições de onde derivam.

Vieira, na qualidade de legítimo representante de uma instituição, a Igreja, expressava “toda a verdade” que precisava ser ouvida a fim de apaziguar os ânimos dos escravos e exortá-los ao conformismo diante daquilo que era o normal na sociedade da época: o sistema escravagista de produção.

Considerações finais

A análise proposta enfoca o racismo no Brasil, suas causas e consequências e a necessidade

de uma revisão histórica por meio de uma nova cosmovisão, que vem sendo evocada pelo movimento denominado de de(s)colonialidade. Essa revisão permite observar fatos e acontecimentos, que eram considerados normais na sociedade colonial, sob novos parâmetros, que expliquem os graves problemas de desigualdade que imperam em setores sociais desprivilegiados, a que pertencem indígenas, negros e migrantes pobres no Brasil. Para tanto, fez-se uma análise qualitativa com fins explicativos de dois sermões de Vieira, em que se utilizam estratégias argumentativas para seduzir e convencer seus destinatários de que a escravidão era um meio privilegiado de se alcançar a salvação eterna, graças à conversão para a religião cristã.

Persuadir para fabricar um comportamento coletivo e torná-lo legítimo às muitas vezes que compunham o auditório de Vieira: assim os sermões do Rosário, tornam-se eficientes peças argumentativas destinadas à manutenção do acordo tácito existente naquela sociedade a cujos anseios Vieira buscava atender.

A pesquisa das condições de produção dos sermões evoca as razões históricas do panorama atual, no que se refere ao lugar do negro nos dias de hoje. A ferida aberta pelo ferro em brasa ainda arde e sangra, mesmo séculos depois, em uma sociedade dominada pelo racismo estrutural e pela triste ilusão de que valores como a bondade e a retidão de caráter se medem pela cor da pele.

Já nos sermões, manifesta-se a inferioridade sutil da população de escravos, ao se referir a eles como candidatos a serem “anjos”, *posto que* pretos. Esse “posto que” é o entrave resistente à pretensão a um lugar social que ainda não é seu nem mesmo “por direito de herança”. Uma revisão efetiva da história mostra-nos que a sociedade deixou a escravidão para trás, mas a escravidão não deixou a sociedade, apenas mudou de nome: preconceito. É esse estigma que adere à cor da pele, terrível libelo para aqueles que só desejam ter acesso às mesmas oportunidades que os demais.

Referências

ASSAD A., C. *O discurso paradoxal de Vieira no sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. Rio de Janeiro: Dialogarts/UERJ. Versão digital, 2008, (Coleção Monografias, Dissertações e Teses, n. 6), 346 p.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, |1929|1992.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A argumentação em uma problemática de influência. In: *Revista Revel*, edição especial, v.

14, n. 12, B.H, 2016.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1986.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, L. *Escravidão*. v. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

PERELMAN, Ch. & OLBRECHT-TYTECA, O. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

WALSH, C. *Pedagogias decoloniales: práticas insurgentes de resistir, (re) existir, (re) viver*. Equador: Editora Abya-Yala, 2017.
